

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 8 | edição nº 3 | 2019

Mudanças climáticas, segurança humana e atores não-estatais violentos: o Boko Haram na região do lago Chade

Marcos Alan S. V. Ferreira,
Max Sarney A. Silva,
Iure Paiva

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA), EBSCO Publishing e Latindex

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, SEGURANÇA HUMANA E ATORES NÃO-ESTATAIS VIOLENTOS: O BOKO HARAM NA REGIÃO DO LAGO CHADE

*Marcos Alan S. V. Ferreira*¹

*Max Sarney A. Silva*²

*Iure Paiva*³

RESUMO: O presente trabalho introduz o debate sobre como as mudanças climáticas, principalmente através da intensificação de situações climáticas extremas, são capazes de potencializar riscos à segurança. Particularmente, o estudo procura analisar a dinâmica entre as mudanças climáticas e o surgimento e ampliação de conflitos, assim como a insurgência de atores não-estatais violentos (ANEVs). Em especial, analisou-se o caso da região Subsaariana do Lago Chade, a qual enfrenta problemas ligados à seca extrema e a expansão de ANEVs, em especial o avanço do Boko Haram na Nigéria. O estudo de caso demonstra que as mudanças climáticas, ainda que de forma indireta, são capazes de influenciar tanto na potencialização de conflitos como no aumento da ação dos ANEVs, sobretudo reduzindo as chances dos habitantes da região em lidar com a precariedade da situação, tornando-a ainda mais tensa quando associada a outras fragilidades socioeconômicas e políticas já existentes na região.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas; Segurança Humana; Atores Não-Estatais Violentos; Lago Chade; Boko Haram.

CLIMATE CHANGE, HUMAN SECURITY AND VIOLENT NON-STATE ACTORS: BOKO HARAM IN THE LAKE CHADE REGION

¹ Professor Adjunto IV da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no Departamento de Relações Internacionais. Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Mestre em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). Email: marcosalan@gmail.com

² Possui graduação em Direito pela Universidade de Fortaleza (2016). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito, e Relações Internacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: Regimes Internacionais, COP 21, Mudanças Climáticas, Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e Políticas de Mitigação no Setor Energético. Atualmente, cursa o Mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais na Universidade Federal da Paraíba. Email: max_sarney@hotmail.com

³ É professor Adjunto do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (DRI-UFPB) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI/UFPB), com Doutorado em Ciência Política, com ênfase em Relações Internacionais (UNICAMP) e Mestrado em Direito, com ênfase em Direito Econômico (UFPB). Coordenador do Grupo de Estudos sobre Segurança Energética (GESEne/UFPB/CNPq). Email: iurepaiva@hotmail.com

ABSTRACT: This paper aims to introduce the debate on how climate change, especially through the intensification of extreme climatic situations, is capable of enhancing security risks, particularly in the emergence and expansion of conflicts conducted by violent non-state actors (VNSAs). In particular, it presents a case study about the sub-Saharan region of Lake Chad, which faces problems related to the extreme drought and the expansion of VNSAs, especially the rise of Boko Haram in Nigeria. Our case analysis demonstrates that climate change, although indirectly, is capable of influencing both the potentialization of conflicts and the increase of the action of ANEVs, especially when associated with other socioeconomic fragilities and existing policies in a region.

Keywords: Climate Change; Human Security; Violent Non-State Actors; Lake Chad; Boko Haram.

I. INTRODUÇÃO

Ainda que seja uma discussão recente, a preocupação com os efeitos do clima na segurança humana não é algo novo. O Relatório de Desenvolvimento Humano, de 1994, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), já inseria a questão das mudanças climáticas como uma ameaça à segurança humana. Ali, afirma-se que a segurança humana não significa mais “[...] salvaguardas cuidadosamente construídas contra a ameaça de um holocausto nuclear, mas, em vez disso, significa responder à ameaça da pobreza global que atravessa fronteiras internacionais na forma de mudanças climáticas, migração ilegal e terrorismo” (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, 1994:2)

O clima pode ser um fator considerável na intensificação de vulnerabilidades naturais e sociais, inclusive na ampliação e surgimento de conflitos. Tanto no meio acadêmico como entre aqueles que atuam junto a instituições governamentais e não governamentais que tratam a matéria, parece haver certa concordância de que eventos climáticos, e, principalmente, o aumento das temperaturas devido ao aquecimento global em regiões já bastante afetadas por escassez de recursos naturais, podem agir como vetor que corrobora para cenários de insegurança humana e social que podem desaguar em conflitos de alta, média e baixa intensidade (VIVEKANDA et.al 2019; WELZER, 2010). O quadro pode ser ainda mais preocupante quando se observam regiões que, além de já sofrerem com altas temperaturas e estarem susceptíveis ao seu aumento, convivem ainda com uma realidade socioeconômica e política intensamente degradada, bem como questões instituições governamentais frágeis e ineficazes.

Para Welzer (2010), tomando inicialmente o caso do Sudão, esses países enfrentam impactos ecológicos progressivos, que, juntamente a já existente pobreza intensa, pode acarretar um deslocamento de cada vez mais pessoas. De acordo com o autor, essas condições já ocasionaram a migração de 5 milhões de pessoas dentro do país. Tal contexto possui expectativas ainda mais negativas, quando se considera que a temperatura média do país pode subir em 0,5C até 2030. Pode-se observar, e essa análise é bastante presente na obra do autor “Guerras Climáticas”, que, com a intensificação da degradação ambiental, destruindo o meio de subsistência principalmente das comunidades que dependem diretamente das atividades de agricultura e pecuária, centros urbanos com baixa infraestrutura, sem condições de receber o excesso de pessoas migrando das zonas rurais, podem se tornar ambientes caóticos, ideias para o surgimento de conflitos (WELZER, 2010).

Para Vivekananda et al. (2019), alguns fatores constituem a raiz das crises que geram conflitos, os quais são: aumento da desigualdade, marginalização, governança fraca, exclusão social, normas e desigualdades dominantes de gênero, mudanças demográficas e violações de direitos humanos. No entanto, o estudo aponta que a mudança do clima também é um fator importante, sobretudo no que tange como as mudanças climáticas estão aprofundando as vulnerabilidades existentes, por exemplo, na região do Lago Chade. Desse modo, para enfrentar os fatores centrais da geração dessas crises, principalmente quando se leva em conta um processo de construção da paz nesses contextos, é fundamental que os efeitos das mudanças climáticas sejam levados em conta.

Nesse sentido, é cada vez mais fundamental refletir sobre a relação que o clima pode ter com o surgimento de conflitos, o aumento da violência e a expansão de Atores Não-Estatais Violentos (ANEVs), sobretudo no que tange à capacidade que o clima tem de esgotar os recursos naturais em regiões que preservam sua subsistência por meio de atividades de agricultura e sofrem em um contexto de vulnerabilidades socioeconômicas e políticas. Segundo o IPCC, regiões como o Nordeste do Brasil, assim como a África, estão entre as regiões mais afetadas com o aumento da temperatura média do planeta. Ambas regiões tendem a se tornar cada vez mais áridas com a intensificação das secas e a recorrente escassez dos recursos hídricos, assim, como “essas alterações no clima da região resultarão no impacto sobre a vegetação, a biodiversidade e sobre as atividades que dependem dos recursos naturais” (MARENGO, 2008 apud ANGELOTTI et al., 2011:1098).

As condições climáticas, como fora dito, não seria um fator central ou determinante para a situação de instabilidade, porém mais um elemento que se soma a outros tantos. Na região nordeste da Nigéria, a insatisfação da população pode ser tomada como um fator determinante para a insurgência do Boko Haram. Apesar da Nigéria ter aumentado em 13,1% seu Índice de Desenvolvimento Humano entre 2005 e 2015, de acordo com o Banco Mundial, grande parte da população vive em intensa pobreza, principalmente na porção norte e nordeste do país intensificando ainda mais a diferença entre norte e sul (WORLD BANK, 2017). Acredita-se que só em Lagos, capital do país, vivam dezessete milhões de habitantes, dos quais três milhões vivem em estado de extrema pobreza, sem fornecimento de água e sem acesso a infraestrutura de saneamento básico (WELZER, 2010). Além disso, a Nigéria, assim como os outros países da região, possui índices muito altos de corrupção, o que deixa o país entre os mais corruptos do mundo (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2017).

De acordo com o relatório *State of Fragility 2018*, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2016, os cinco principais países mais impactados

pelo terrorismo eram os considerados possuidores de contextos de fragilidade extrema, sendo estes: Iraque, Afeganistão, Síria, Nigéria e Paquistão (OCDE, 2018). Para o relatório, a questão ambiental, sobretudo quando se considera o seu nível de degradação, caminha juntamente com os fatores sociais, políticos, econômicos e sociais, no que tange o potencial de fragilidade de determinado estado.

Nesse sentido, sobretudo considerando a capacidade do meio ambiente contribuir para o processo de degradação das relações humanas, acredita-se que as mudanças climáticas podem ter repercussão na segurança humana, no que se refere à expansão de conflitos armados e insurgência numa região determinada, de modo que a fragilidade ambiental, junto aos demais fatores, abriria espaço para que ANEVs atuassem como promotores de governança em territórios com baixa presença estatal.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo introduzir o debate sobre a dinâmica que as mudanças climáticas possuem juntamente às vulnerabilidades existentes, intensificando as fragilidades presentes nessas regiões. Tal relação, juntamente com os fatores de fragilidade e vulnerabilidade, contribui para o aumento da potencialidade das ações violentas ou insurgentes de ANEVs, sobretudo reduzindo as alternativas de lidar com o conflito acessíveis para comunidades dependentes de fontes de subsistência diretamente ligadas às atividades da terra, como a agricultura e pecuária. Isso é particularmente visto em um caso especial, objeto deste estudo: o crescimento do Boko Haram, na Nigéria, região do Lago Chade, na África Subsaariana e a dinâmica do conflito existente, intensificado principalmente pela presença e os ataques do grupo aproveitando-se de elementos relacionados às mudanças climáticas.

Em relação aos aspectos metodológicos, o estudo de caso fundamenta-se em pesquisa documental e bibliográfica, buscando uma aproximação e mapeamento da literatura recente que trata sobre a matéria. No que tange à sua estrutura, além desta introdução, o trabalho conta com quatro partes. Na próxima seção, procura-se demonstrar em que medida se estabelece a relação entre mudanças climáticas, segurança humana e ANEVs, de modo a entender melhor a influência das alterações climáticas intensas no aumento da vulnerabilidade de regiões e o surgimento de conflitos. Na seção seguinte, busca-se entender como o quadro de vulnerabilidade relativo aos fatores climáticos, juntamente com condições socioeconômicas e políticas desfavoráveis, pode repercutir negativamente na segurança e estabilidade na região do Lago Chade. Na penúltima seção, o foco recai sobre como as questões previamente discutidas podem efetivamente contribuir para a insurgência do Boko Haram na região nordeste da Nigéria. Por fim, são apresentadas conclusões gerais que tem como objetivo demonstrar de forma articulada a relação entre a questão climática com a segurança humana, paz e a justiça

social e o desenvolvimento de estruturas de governança mais eficazes com o objetivo de evitar o surgimento de conflitos, o aumento da violência e o surgimento de ANEVs nas regiões mais afetadas pelo aquecimento global.

II. MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CONFLITO ARMADO E ATORES NÃO ESTATAIS VIOLENTOS

A tentativa de relacionar as alterações climáticas às causas de conflitos é crescente na literatura corrente (NETT, RUTTINGER, 2016). A compreensão geral que se tem é de que “[...] as alterações climáticas não são capazes de gerar conflitos por si, mas que, a combinação juntamente a fatores principalmente socioeconômicos e políticos, pode desencadear como também potencializá-los, agindo assim como um fator multiplicador” (SWAIN, 2018:5).

No mesmo sentido, convergem estudos produzidos por organizações internacionais como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (*IPCC*, sigla em inglês), tendo feito referência à temática em seus últimos dois relatórios, em um capítulo especial que trata da segurança humana. Neste, o *IPCC* segue o consenso posto entre a maioria dos estudiosos do assunto atualmente, ao reconhecer que há uma relação indireta entre mudanças climáticas e a causa de conflitos. Para a mesma instituição, a insegurança humana quase nunca tem causas únicas, mas emerge da interação de múltiplos fatores. A mudança climática é um fator importante que ameaça a segurança humana, “[...] prejudicando a subsistência, comprometendo a cultura e a identidade, aumentando a migração forçada e desafiando a capacidade dos Estados em fornecer as condições necessárias para a segurança humana”, acrescenta o órgão (*IPCC*, 2014:760).

Um dos efeitos mais devastadores das mudanças climáticas nesses casos, principalmente para as regiões mais debilitadas social e economicamente, é, de fato, a escassez dos recursos naturais e depauperação das condições de vida, na cidade e no campo. Frequentemente, os efeitos das alterações climáticas, é considerado um grave causador da perda da subsistência de uma sociedade, desta forma, sendo capaz de “[...] contribuir para o declínio econômico, aumento da insegurança e principalmente da migração forçada” (THEISEN; GLEDITSCH; BUHAUG, 2013:4). No entanto, é essencial observar que “[...] tais fatores são intensificados quando encontram um contexto em que interagem com a má governança, baixo desenvolvimento, instituições políticas fracas de um país além de uma sociedade dividida por questões étnicas” (THEISEN; GLEDITSCH; BUHAUG, 2013:5). O que se pode ver é que “[...] se essas alterações climáticas resultarem em diminuição das chuvas, aumento da temperatura e

redução no acesso ao capital natural que sustenta os meios de subsistência, a pobreza será mais generalizada e o potencial de conflito maior nessas regiões que já enfrentam condições climáticas desfavoráveis” (THEISEN; GLEDITSCH; BUHAUG, 2013:4-5).

De modo semelhante, a Agência de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional da Suécia (SIDA, sigla em inglês), em relatório intitulado *A Relação entre Mudança Climática e Conflitos Violentos*, observa que “[...] não existe uma relação direta e linear entre a mudança climática e o conflito violento, mas sob certas circunstâncias as mudanças relacionadas ao clima podem influenciar fatores que levam ou exacerbam o conflito” (SIDA, 2018:9). Assim, a degradação ou até a perda das condições básicas para o sustento, principalmente a redução do acesso à água ocasionada por períodos de seca cada vez mais prolongados, principalmente a segurança alimentar, ameaça comunidades que já se encontram em uma situação de vulnerabilidade. A crescente escassez de recursos naturais pode, então, levar à competição local, que se torna incontrolável na ausência de instituições para resolução de conflitos. Desta forma, conclui que os “Estados frágeis e comunidades com histórico de conflitos são os mais vulneráveis” em tais circunstâncias (SIDA, 2018:9). Aqui, vale à pena mencionar, como dito anteriormente, a abordagem da OCDE, na qual considera as limitações de governança e governabilidade do meio ambiente, fatores sociais, econômicos, políticos e de segurança, como ponto fundamental para mensurar a fragilidade de um estado. Do mesmo modo, a organização afirma, em seu último relatório, *States of Fragility 2018*, que os contextos mais frágeis estão localizados na África-subsaariana (OECD, 2018). Ainda, como afirmado por Ashok Swain, um dos maiores especialistas mundialmente na temática do conflito e questões ambientais, salienta-se que “existe um alto risco de conflitos em países com grandes populações e com taxas de crescimento baixas ou negativas como também com baixos níveis de educação ou outros indicadores de baixo desenvolvimento socioeconômico” (SWAIN, 2018:4).

Consolidando a percepção da relevância das discussões sobre questões climáticas e conflitos violentos, principalmente nas regiões mais fragilizadas do mundo, no final de 2017, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, adotou a Resolução nº. 2.349 sobre os conflitos na região do Lago Chade. Nessa resolução, o Conselho de Segurança reconhece explicitamente a mudança climática como um fator que colabora para a instabilidade na referida região. A resolução aponta para as fragilidades existentes na região do Lago Chade e ainda ressalta a necessidade de uma avaliação cautelosa desses fatores. Desse modo, a instituição decide “Reconhecer os efeitos adversos das mudanças climáticas e mudanças ecológicas, entre outros fatores, sobre a estabilidade da região, inclusive através da escassez de água, seca, desertificação, degradação da terra e insegurança alimentar [...]” (ONU, 2017). Além disso, o

Conselho de Segurança promoveu, em 2018, um debate voltado para a “compreensão e abordagem dos riscos de segurança relacionados ao clima” no qual, mais uma vez, aponta para as questões das mudanças climáticas como um risco para a segurança mundial (ONU, 2018).

A insegurança dos meios de subsistência e a falta de oportunidades econômicas parecem fornecer um terreno fértil para o surgimento de ANEVs, tais como os grupos insurgentes e terroristas. As frustrações econômicas e sociais fazem com que as ideologias insurgentes e terroristas pareçam cada vez mais atraentes, particularmente para os jovens com poucas oportunidades, ou até nenhuma, e baixos níveis de educação. Em contrapartida, aqueles grupos que empregam sistematicamente a violência para fins políticos, através da prática e incitação de atentados e outros meios de intimidação, fornecem perspectivas futuras e incentivos econômicos para alguns. De acordo com o conceito de violência estrutural de Johan Galtung, “[...] as estruturas e instituições políticas e socioeconômicas podem atuar como propulsores da violência, enquanto grupos armados instrumentalizam reivindicações individuais e grupais, como marginalização, discriminação e pobreza para exercer seu recrutamento” (GALTUNG, 1969 apud NETT, RUTTINGER, 2016:17).

Os ANEVs são um desafio ao poder legítimo do Estado, principalmente quando se trata do uso da violência. A fragilidade em determinados espaços, que refletem a ausência do poder estatal, é um campo aberto para as ações desses grupos. Não há uma comprovação de uma relação direta do surgimento de conflitos nem da insurgência desses atores com a mudança do clima. No entanto, percebe-se que um contexto de vulnerabilidade causado pela perda ou a dificuldade de acesso aos meios de subsistência e a fragilidade das instituições governamentais de determinada região, gera um ambiente de desigualdades sociais capazes de oferecer um campo propício para ações daqueles grupos. Estes não utilizam somente de violência direta para garantir seu controle, mas também do contexto de violência estrutural, que acaba servindo como ambiente favorável para a captação, principalmente, de jovens para integrar as atividades criminosas (FERREIRA, 2019).

Robert Mandel (2013:42) define ANEVs como “organizações relativamente autônomas (sem o controle estatal completo e direto) com capacidades coercivas significativas e sustentadas para a violência organizada”. Através do uso da violência esses grupos buscam atingir seus objetivos, os quais muitas vezes estão ligados a atividades ilícitas e se aproveitando de fragilidades estatais, entre as quais o gerenciamento adequado do meio-ambiente.

Um ANEV pode surgir de uma afronta direta ao poder do Estado como também de uma fragilidade deste. Um contexto de fragilidade das instituições governamentais será aproveitado por estes grupos com o objetivo de legitimar suas ações e implementar suas atividades ilícitas.

As ações destes atores podem vir por meio de violência direta, no qual os ANEVs promovem ataques terroristas, o que acaba intensificando o ambiente de violência nessas regiões, ou por meio de vulnerabilidades socioeconômicas muitas vezes causadas pela ausência do Estado, que gera um quadro favorável para a estruturação desses grupos, produzindo uma estrutura propícia para a contratação de pessoas para implementar as atividades ilícitas do grupo (FERREIRA, 2019).

Com viés ideológico, os ANEVs ocupam espaços muitas vezes negligenciados pelo Estado. Esses atores acabam preenchendo lacunas de assistência do Estado junto à sociedade, o que acaba legitimando suas ações, até mesmo mais do que a do próprio ente estatal. Numa sociedade em que o senso de justiça está corrompido e existe alto nível de insatisfação com a falta de políticas públicas por parte do governo, acaba-se por constituir solo fértil para que os ANEVs validem seus discursos e posicionamentos dentro dessas comunidades, e passem a ser vistos como segunda via ao Estado (cf. EZROW, 2017; SCHNECKER, 2006). Ainda que haja algumas divergências sobre os tipos de ANEVs, há também um consenso na literatura de que as organizações terroristas – tal como seria o Boko Haram – configuram-se claramente como um tipo de ator não-estatal violento (EZROW, 2017; MANDEL, 2013; SCHNECKER, 2006).

A pobreza extrema e a fragilidade econômica, juntamente com a seca e a degradação ambiental, estão proporcionando uma “janela de oportunidade” (*opportunity window*) para ANEVs, como o grupo extremista islâmico Boko Haram, argumenta o relatório da iniciativa Diplomacia Climática (DC)⁴. As queixas e a grave falta de oportunidades econômicas estão, portanto, tornando os jovens vulneráveis ao recrutamento de grupos rebeldes e ao engajamento em atividades ilícitas, alimentando conflitos armados e acelerando o deslocamento massivo de pessoas interna e externamente (NETT, RUTTINGER, 2016).

Nesse sentido, reconhecendo, de modo geral, que as mudanças climáticas, mesmo que de forma indireta, são capazes de influenciar o surgimento e a ampliação de conflitos, a seção seguinte deste texto se ocupa, especificamente, em demonstrar o papel que tais eventos climáticos desempenham na dinâmica de fatores socioeconômicos e políticos no que tange à má governança e à fragilidade de instituições na região do Lago Chade. Dessa forma, identifica-se como as alterações climáticas podem atuar como multiplicadores de riscos para a expansão de ANEVs, especificamente o Boko Haram, na região nordeste da Nigéria.

⁴ A Diplomacia Climática consiste em um esforço colaborativo do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha em parceria com a Adelphi, este um think tank em políticas públicas sobre clima, meio ambiente e desenvolvimento (NETT, RUTTINGER, 2016).

III. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E CONFLITOS NA REGIÃO DO LAGO CHADE

A região do Lago Chade tem sido mencionada por diferentes relatórios e atores internacionais. Como já mencionado anteriormente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas já demonstrou sua preocupação com a situação da região, do mesmo modo, como as questões climáticas podem impactar de forma negativa um contexto já fragilizado. Para o *IPCC*, essa região já enfrenta fortes influências das mudanças climáticas, e o continente africano, no qual se encontra, é um dos mais vulneráveis à variabilidade climática, tendo sua situação agravada pela interação de múltiplos estresses com vários níveis de intensidade. Segundo o *IPCC*, os problemas climáticos são notórios naquela localidade quando se observa que “[...] o lago sofreu um declínio contínuo na área de sua superfície, de 22.902 km² em 1963 para escassos 304 km² em 2001” (IPCC, 2004, apud OKPARA et al., 2015).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA “[...] cerca de 50% da redução constatada no Lago Chade pode ser atribuída à mudança climática, enquanto a outra metade foi causada por intervenção humana como a construção de barragens ou intensos projetos de irrigação” (PNUMA, 2008, apud NETT, RUTTINGER, p.13). As previsões indicam que “[...] se o encolhimento do lago continuar no ritmo atual, ele poderá desaparecer completamente nos próximos 20 anos” (PNUMA, 2008, apud NETT, RUTTINGER:13).

Em 2003, a região do lago foi classificada entre as dez localidades mais pobres em água do mundo (UNEP, 2003, apud OKPARA et al, 2015:309). O impacto de fatores como esse são capazes de desencadear rupturas sociais significativas (OKPARA et al, 2015). O que pode ocorrer em tais circunstâncias, por exemplo, é que “[...] o declínio na quantidade ou na qualidade da água pode desencadear a migração em massa, o que pode, social e politicamente, desestabilizar os estados ou cidades da região” (CARIUS et al., 2004, apud OKPARA et al, 2015:311). Da mesma forma, a importância da água na manutenção dos meios de subsistência, principalmente na atividade agrícola, pode desestabilizar comunidades inteiras que dependem dessa prática como principal fonte de sustento.

Os estudos realizados pelo PNUMA indicam ainda que as “[...] mudanças hidrológicas e biofísicas resultantes da variabilidade climática natural e de várias atividades humanas ameaçam toda a bacia do Lago Chade, levando consigo os recursos naturais e os serviços usados pelas comunidades para buscar sua subsistência” (UNEP, 2003, apud OKPARA et al, 2015:312). Pesquisa conduzida por Wolf et al. (2003) aponta que a região do lago foi identificada como uma das regiões do mundo com maior risco de perturbação sociopolítica,

levando em consideração os fatores climáticos e principalmente a redução dos recursos naturais intensificadas por tais fenômenos (WOLF et al, 2003 apud OKPARA et al, 2015:310).

Conseqüentemente, a diminuição de recursos em uma região, mesmo que não seja uma causa que possa ser diretamente ligada, pode ser um fator que influencia a decisão de alguém migrar de uma área para outra. A escassez de recursos numa determinada região pode levar à migração para áreas mais favoráveis dentro da mesma região, o que tem sido frequentemente o caso na África Oriental, por exemplo. A tensão e o conflito poderiam então surgir quando a população sedentária e os migrantes competissem pela terra e pela água (SWAIN et al. 2011).

A mudança climática iria, como resultado, “[...] levar a eventos meteorológicos extremos mais frequentes na África, tais como secas e inundações, acabando por afetar a produtividade agrícola e provavelmente levando à escassez de alimentos”, movendo o problema para um nível de segurança alimentar (HAILE, 2005, apud SWAIN et al, 2011:19). É importante ressaltar ainda que “[...] um terço da população africana já é afetada pela fome e pela desnutrição crônica” (HAILE, 2005, apud SWAIN et al, 2011:20). Além do mais, “[...] a agricultura é uma atividade econômica importante em toda a África, com cerca de 60% do emprego proveniente do setor agrícola e, em alguns países, representando até 50% do PIB”, assim, tornando essas sociedades muito mais sensíveis à mudança climática do que as economias baseadas na indústria (COLLIER 2008 et al, 2008, apud SWAIN et al, 2011:20).

No entanto, se tomarmos essas implicações já citadas, que podem ser derivadas da própria condição climática do continente africano, com temperaturas mais elevadas, e mesmo os efeitos das ações antropogênicas como causador do aquecimento global, de acordo com os relatórios do *IPCC* (IPCC, 2014) estará se afirmando que as condições climáticas são fatores diretos na geração de conflitos, o que, na verdade, não se concretiza no campo acadêmico.

Um relatório da Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SIDA, sigla em inglês) afirma que dependendo de como essas sociedades são governadas e de como são capazes de se adaptar ao estresse, os mesmos fenômenos físicos e biológicos relacionados ao clima podem ter impactos totalmente diferentes, sendo que, em determinadas situações, são essenciais para o desencadeamento ou não de conflitos. O contexto, portanto, é decisivo, seja no campo da segurança alimentar, dos eventos climáticos extremos ou da gestão de água, pois “Essa dependência do contexto é também relevante quando se trata de resolução de conflitos relacionados a mudanças que podem levar à tensão em torno do controle sobre os recursos naturais”, declara a agência. A importância, assim, de “[...] instituições capazes de responder a novas condições internas e externas pode ser fundamental para a preservação da estabilidade de determinada região” (SIDA, 2018:12-14).

Na maioria dos países em desenvolvimento, a capacidade de lidar com as alterações climáticas diminui, e a probabilidade de conflito aumenta, como resultado de fatores que incluem principalmente “[...] a pobreza, os baixos níveis de educação, a falta de habilidades em se adaptar a situações adversas, a fragilidade das instituições, a limitação de infraestrutura, o acesso limitado aos cuidados de saúde à população, a exploração excessiva de recursos” (SWAIN, 2011:34). Soma-se a isso o aumento da população e à presença de diferentes etnias. Desse modo, quando se toma uma região que enfrenta essas condições de vulnerabilidade, “[...] o que se pode ver é que os fatores climáticos provavelmente acabam exacerbando muitos destes problemas já existentes” (SWAIN, 2011:41).

É possível notar que na região em torno do Lago Chade, várias crises e fatores de estresse convergem para esse cenário de instabilidade e vulnerabilidade. A região está sob pressão, como resultado dessa mistura que alguns autores chamam de perigosa (ODADA et al., 2006, apud OKPARA et al, 2015:310-311). Nessa perspectiva, o Quinto Relatório (AR5) do IPCC sobre mudanças climáticas, possui pela primeira vez no capítulo sobre segurança humana um trecho sobre a influência que o clima pode desempenhar na geração de conflitos (IPCC, 2014).

Nos últimos dez anos, a compreensão quanto à consciência das ligações entre a mudança climática e a segurança aumentaram. Hoje, “[...] a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia (UE), o G7 e um número crescente de Estados classificaram a mudança climática como uma ameaça à segurança nacional e global” (NETT, RUTTINGER, 2016:4). No entanto, de acordo com a maioria dos autores e relatórios de agências internacionais, “[...] as ligações entre mudança climática, conflito e fragilidade não são simples e lineares”. Os crescentes impactos da mudança climática não levam automaticamente a mais fragilidade e conflito. Pelo contrário, “[...] as alterações climáticas funcionam como um multiplicador de ameaças. Ela interage com outros riscos e pressões existentes em um determinado contexto e pode aumentar a probabilidade de fragilidade ou conflito violento” (NETT, RUTTINGER, 2016:3).

As condições já precárias com os altos níveis de pobreza, acentuadas pela falta de atuação por parte do governo, o que é refletido em sua grande parte por administrações ineficientes dos países da região, os quais ocupam altos níveis de corrupção de acordo com a Transparência Internacional, passam a agir de uma forma que pode ser considerada catastrófica em relação aos efeitos climáticos. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, sigla em inglês), nos últimos sete anos, “[...] mais de 5 milhões de pessoas vivem sob insegurança alimentar e quase 2 milhões de pessoas estão deslocadas em

toda a região nordeste da Nigéria”, o que acaba exacerbando a situação de violência e instabilidade em toda a região da bacia do Lago Chade (UNDP, 2017:1).

Em 2017, o Conselho de Segurança da ONU instituiu a Resolução nº 2349, na qual “[...] reconhece os efeitos adversos da mudança climática e das mudanças ecológicas entre outros fatores na estabilidade da Região do Lago Chade, incluindo a escassez de água, a seca, a desertificação, a degradação da terra e a insegurança alimentar”. O órgão ressalta, principalmente, a preocupação com a situação da crise de segurança, da emergência humanitária e dos déficits de desenvolvimento intensificados pela violência de grupos terroristas como o Boko Haram (UNSC, 2017:1-2).

Nesse contexto, a Comissão da Bacia do Lago Chade (LCBC, sigla em inglês) observou que a variabilidade climática atual na área é difícil e está levando cada vez mais pessoas à pobreza, fazendo com que passem a cometer crimes, pois é cada vez mais difícil garantir sua subsistência meramente pela agricultura, pesca ou pastoreio (LCBC, 2014 apud ASHAFa, 2018, p. 12). É exatamente nesse ponto que o discurso alternativo e extremista do grupo Boko Haram encontra seu maior campo, ou seja, através da vulnerabilidade causada pelas condições degradantes da região. Desse modo, faz-se necessário cada vez mais compreender como as péssimas condições derivadas da perda da subsistência intensificada pelas alterações climáticas estão relacionadas com questões de segurança, no que tange à insurgência do Boko Haram, sua expansão e o crescimento da violência na região (ASHAFa, 2018:9).

Apesar da redução dos ataques do grupo, segundo dados da *UCDP* e a *Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED)*, o que pode ser relacionado com a perda de território devido a uma frente militar formada pelos países ligados pela bacia do Lago Chade (Nigéria, Chade, Níger e Camarões), o Boko Haram é um ator não estatal capaz de desferir ataques violentos acentuando as condições deteriorantes da população que habita a região, principalmente na região localizada no nordeste da Nigéria, região onde o grupo teve sua origem (KISHI, 2016). De acordo com o *ACLED*, “[...] independentemente desta diminuição, no entanto, o Boko Haram continua a ser uma das principais três maiores ameaças a civis na África - responsáveis por 790 mortes de civis em 2016” (KISHI, 2016:9).

IV. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E EXPANSÃO DO BOKO HARAM

Como uma das regiões mais pobres do país, foi no nordeste da Nigéria, mais precisamente no estado de Borno, na cidade de Maiduguri, que surgiu o grupo conhecido como Boko Haram. A insurgência do Boko Haram teve início como uma seita religiosa dissidente

que vinha atender queixas locais em Maiduguri, capital do estado de Borno, região do país mais dependente de atividades de agricultura e pecuária. O movimento foi fundado na virada do século por Mohammed Yusuf, um pregador salafista conhecido por sua rejeição à educação ocidental e à classe de pessoas empregadas pelo governo (MATFESS, 2017).

Vindo de uma espécie de grupo de jovens locais que debatiam pacificamente questões políticas e religiosas, Yusuf carregava as mesmas frustrações que maior parte da população, principalmente com a falta de oportunidades que atingia a população mais jovem. Para Yusuf, a implementação da Lei Sharia no estado de Borno era inadequada, fato que o incentivou a fundar sua própria mesquita, em 2002. Provando que não estava sozinho em seus sentimentos contra o contexto outrora em vigência, a mesquita logo passou a ser um centro bastante movimentado, não somente religioso, mas também voltado para serviços sociais, principalmente atendendo e oferecendo suporte para homens desempregados migrantes de regiões que tinham como principal fonte de subsistência a agricultura e a pecuária (MATFESS, 2017).

O ano de 1999, ano do surgimento do Boko Haram, também marcou a mudança da Nigéria para a democracia após um início de história conduzido por juntas militares. Após este acontecimento, a nova constituição não assegurou bem as responsabilidades dos estados dentro do país, assim como não estabeleceu bem os deveres do governo federal para com aqueles. Tal característica, ao mesmo tempo, concedeu maior flexibilidade para as ações dos estados federativos. Considerando que o nordeste do país, mesmo antes da mudança para um governo democrático, já era a região mais pobre, as instabilidades geradas pela transição de regime se deram mais intensamente ali (MATFESS, 2017).

Juntamente com o debate de como deveriam ser distribuídas a receita gerada pelo petróleo produzido no país, principalmente gerada pelo sul e sudeste da Nigéria, outro debate importante surgiu no Nordeste, majoritariamente muçulmano: a implantação da Sharia – código de leis fundamentado nos princípios do livro sagrado Islâmico, o Alcorão. Já conhecida em outras regiões da África, essa interpretação do Alcorão é limita direitos das mulheres e é rígida em suas punições (MATFESS, 2017). Entretanto, de acordo com Matfess (2017), o clamor da população no nordeste se deu pelo anseio de uma melhor governança, principalmente para aliviar seu contexto degradante, do que propriamente um chamado para uma mudança religiosa.

Os baixos níveis de educação e o alto nível de desemprego podem ser tomados como fundamentais para a insurgência do grupo na região, considerando atores étnicos e principalmente religiosos. Os altos níveis de corrupção ofereciam vasto campo para discursos extremistas, principalmente por parte de Muhammad Yusuf, os quais iam ao encontro dos

anseios da maior parte da população mulçumana, que apoiava a implementação da Sharia ao invés da constituição nigeriana (ASHAFA, 2018:5-7).

Outros fatores significativos para a futura eclosão do conflito foram as secas severas das décadas de 1970 e 1980. Essas secas levaram o lago a encolher do volume de 25.000 km² na década de 1960, quando foi a sexta maior massa de água doce do mundo e um próspero centro comercial para toda a região, para apenas 2.000 km² na década de 1990. Ao deslocar as comunidades e minar a legitimidade do Estado, as secas ajudaram a desencadear uma série de eventos que ainda hoje são sentidos, assim afirma o mais novo relatório da *Adelphi*, de 2019, que vem acompanhando a região nos últimos anos (VIVEKANANDA et al., 2019).

O intenso desemprego, principalmente entre os jovens da região nordeste da Nigéria, país com a maior população jovem do mundo, de acordo com o Banco Mundial, foi fundamental para que os discursos de Muhammad Yusuf ganhassem força na região e atraísse cada vez mais seguidores. Nesse contexto, de perda da subsistência local, onde agricultores e pescadores perceberam que suas atividades se tornaram inviáveis, muitos acabaram migrando para centros urbanos, neste caso, a cidade mais próxima Maiduguri, torna-se o principal alvo. No entanto, Maiduguri já possuía em si inúmeras mazelas, dentre elas infraestrutura enfraquecida, intensa pobreza e poucas oportunidades de emprego, ou seja, era incapaz de oferecer oportunidades principalmente para os jovens que para ali mudavam em busca de novas possibilidades. Desse modo, parte desses jovens, desiludidos, acabavam sendo atraídos pelo discurso promissor do Boko Haram, que, cada vez mais, se tornou além de religiosamente extremista, por ser um grupo nomeadamente jihadista, também politicamente revolucionário, na busca por implementar a Lei Sharia Islâmica (ASHAFA, 2018:8-10).

Exatamente em julho de 2009, as tensões entre o Boko Haram e as autoridades do estado vieram à tona devido a um incidente aparentemente irrelevante. Agentes de trânsito pararam alguns membros do grupo que estavam a caminho de um funeral por uma violação ao uso de capacete. Alguns seguidores de Yusuf já haviam confrontado a norma, os mesmos afirmavam que os capacetes interferiam no uso dos cocares religiosos, usados pelos membros do Boko Haram. O que parecia insignificante, acabou por ser considerado o motivo da eclosão da bolha que a região se encontrava naquele momento, dando início ao conflito armado. A parada rotineira do trânsito terminou em violência, com trocas de tiros entre os membros do Boko Haram e os policiais. Em seguida Yusuf intensificou seus discursos em sua mesquita, chegando a ameaçar o estado com atos de violência. O governo respondeu ao Boko Haram em uma brutal repressão de cinco dias. Entre 700 e 1000 membros do grupo foram mortos no ataque. Tal ação também resultou na captura de Yusuf, o qual acabou assassinado pelas forças de segurança do

governo. Mais tarde, o grupo reemerge sob o comando de Abubakar Shekau no último trimestre de 2010, o qual deu início aos ataques terroristas realizados pelo Boko Haram (MATFESS, 2017).

Existe certa concordância sobre alguns motivos que podem colaborar para que ANEV's possam emergir. Dentre eles, há um consenso de que grupos nesse formato são mais propensos em regiões com maior nível de desigualdade econômica (KRAUSE; MILLIKEN, 2009). Desse modo, grupos como o Boko Haram se aproveitam de condições socioeconômicas e políticas da região e buscam “[...] derrotar o regime contra o qual estão lutando de forma direta ou por meio da secessão em um movimento de libertação nacional”, como também podem abranger grupos armados que “[...] buscam a aquisição ou secessão do Estado (...) engajados em uma ‘guerra interna’, ou um confronto violento com certa continuidade”, muitas vezes munidos pelos anseios da população descontente com sua condição de miséria e ineficiência por parte do governo (KRAUSE; MILLIKEN, 2009:210).

Para Cockayne (2011, apud NETT, RUTTINGER, 2016:5), “[...] onde as instituições do Estado e o controle do poder são fracos, o crime organizado transnacional e as redes criminosas podem prosperar, visto que eles podem facilmente usar a inquietação contínua e explorar espaços não governados para perseguir seus interesses estratégicos”. Assim, os ANEVs não só tiram proveito das vulnerabilidades enfrentadas em uma região como são hábeis em impulsionar um quadro de violência crônica.

Segundo Nett e Ruttinger (2016), “[...] no nordeste da Nigéria, a região mais próxima do Lago Chade e onde o Boko Haram é mais forte, 71,5% da população vive na pobreza e mais de 50% se encontram em estado de desnutrição” (UNSSC 2014, apud NETT, RUTTINGER, 2016:17). Nas áreas rurais da Nigéria, “[...] quase 60% dos jovens estavam desempregados em 2011” (AKANDE, 2014, WORLD BANK, 2015 apud NETT, RUTTINGER, 2016:17). Em um país onde a população possui uma faixa etária jovem, com quase 50% dos nigerianos com idade abaixo de 15 anos, e o nível de desenvolvimento humano entre os mais baixos do mundo, cria-se um tipo de privação econômica capaz de fornecer um terreno ideal para o recrutamento pelo Boko Haram na região (AKANDE, 2014, WORLD BANK, 2015 apud NETT, RUTTINGER, 2016:17).

O Escritório Regional da Organização das Nações Unidas para África Central (UNOWA, sigla em inglês), constatou que “[...] o desemprego entre os jovens e um ambiente socioeconômico pobre favorece as condições em que as pessoas são recrutadas para conflitos armados na África Ocidental” (UNOWA, 2005 apud NETT, RUTTINGER, 2016:18). No mesmo sentido, de acordo com o Representante do Secretário-Geral da ONU no Escritório

Regional da Organização das Nações Unidas para África Central e Região do Sahel (UNOWAS, sigla em inglês), não obstante o declínio dos ataques do Boko Haram, constatados no fim de 2017, o mesmo expressou preocupação com a prevalência de ameaças do terrorismo e do extremismo violento, ligadas ao crime organizado, ao tráfico de imigrantes, drogas e armas. Assim sendo, verifica-se que “[...] esses desafios foram agravados pela pobreza e pelo desemprego, particularmente entre os jovens em áreas onde o Estado tinha dificuldade em desempenhar propriamente suas funções”, declarou o referido Secretário em reunião no início de 2018 no Conselho de Segurança da ONU (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2018:3).

Entre 2009 e 2016, cerca de 80% dos ataques do Boko Haram aconteceram no nordeste do país, região mais afetada pelos efeitos das mudanças climáticas. Tais ações podem refletir a técnica da organização de usar os recursos naturais, tidos como fontes de subsistência pelas comunidades locais nas atividades de agricultura e pecuária, como forma de atrair integrantes, tomando proveito da escassez desses recursos numa região já afetada por vulnerabilidades político-sociais. Desse modo, é fundamental observar como que, apesar de não ser causa direta, as mudanças climáticas podem operar como um potencializador, perpetuando e intensificando o contexto de degradação para que o grupo utilize-se dessas mazelas como ferramenta para permanecer no poder, atraindo mais membros e aprisionando a região dentro de um ciclo destrutivo sem saída (ADELAJA; GEORGE, 2019).

Esses fatores acabam alimentando um ciclo vicioso de fragilidade e violência. Como as insurgências do Boko Haram se espalharam cada vez mais da Nigéria, onde suas atividades deram início, para Camarões, Níger e Chade ao longo de 2015, a situação de segurança já frágil na região tornou-se mais tensa. Observando a influência que a redução de acesso aos recursos naturais, sobretudo em uma região que tem como maior fonte de subsistência atividades ligadas à terra, é possível concluir que “[...] os impactos da mudança climática nos Estados e sociedades ao redor do Lago Chade provavelmente irão adicionar mais combustível ao fogo” (RUTTINGER, 2015 apud NETT, RUTTINGER, 2016:19-21).

Culturas importantes para a economia da região nordeste, incluindo grãos (sorgo, milho e arroz), legumes (feijão e amendoim), legumes (tomate, cebola e pimentão) e algodão, sofreram um declínio considerável em sua produção total. No estado de Borno, durante o conflito, o fluxo anual de grãos com outros estados foi reduzido de 300.000, de 2010, para 100.000 toneladas, de 2014 (SIDNEY; HAYATUDEEN; KWAJAJAFA, 2017).

Não obstante ser difícil comprovar a relação direta entre violência e conflitos desencadeados pela ação do Boko Haram com a escassez de recursos naturais, com a intensa

vulnerabilidade causada pela degradação dos meios de subsistência e com a extrema deficiência das instituições da região do Lago Chade, parece inegável que “[...] esse quadro de instabilidade e fragilidade geral da região é capaz de criar condições mais hospitaleiras para o grupo mobilizar apoio, cometer atos de violência e participar de atividades criminosas organizadas” (NETT, RUTTINGER, 2016:25).

Um relatório da iniciativa Diplomacia Climática (DC) chega a duas conclusões que refletem precisamente toda a análise realizada ao longo desse trabalho. Em primeiro lugar, o Boko Haram pode tirar proveito da fragilidade causada por conflitos ligados à própria escassez de recursos na região, a qual sofre com a baixa autoridade estatal. Nesse cenário, de fragilidade das instituições governamentais, “[...] o Boko Haram pode operar com maior facilidade e se engajar não apenas em atos de violência, mas também no crime organizado transnacional, como uma de suas principais fontes de renda” (NETT, RUTTINGER, 2016:19). A segunda conclusão do relatório a ser destacada enfatiza que “[...] vários estudos ressaltam a ligação entre o aumento dos impactos das mudanças climáticas, a deterioração dos meios de subsistência e o aumento do recrutamento pelo Boko Haram”. Consequentemente, como a mudança climática acaba degradando os rendimentos da agricultura, pecuária e pesca, pois grande parte da população depende das atividades ligadas ao lago, ocorre que “[...] muitas pessoas ficam desempregadas, com poucas oportunidades econômicas e ainda com baixos níveis de educação”. Desse modo, esses indivíduos “[...] acabam se tornando extremamente vulneráveis não apenas aos impactos climáticos negativos, como a possibilidade de migração, mas também ao recrutamento de grupos terroristas” (DARBY, 2015 apud NETT, RUTTINGER, 2016:21).

V. CONCLUSÃO

A falta de condições estáveis de subsistência, principalmente de comunidades que dependem diretamente de atividades ligadas à terra e a própria escassez de recursos naturais é capaz de oferecer uma munição para ANEV's, tais como o Boko Haram. Neste caso, essas organizações podem utilizar essas condições de precariedade de recursos naturais, intensificadas pelas mudanças climáticas, para atrair o apoio de comunidades em face de falhas de políticas por parte do estado, colocando-se como um poder paralelo capaz de solucionar essas questões.

Existem diversos fatores responsáveis pela insurgência do grupo Boko Haram na região nordeste da Nigéria, dentre eles, como fora demonstrado, a situação socioeconômica, as instituições políticas fragilizadas, a má governança, as diferenças étnicas e o extremismo religioso. No entanto, o que o artigo buscou foi traçar uma relação da ação de tal grupo, mesmo

que indireta, como defendido por importantes pesquisadores e instituições internacionais, com a degradação dos recursos naturais intensificadas pelas mudanças climáticas. Em outras palavras, enfatizar a pertinência de se observar que as mudanças climáticas podem funcionar como mais um fator apto a provocar ou aumentar conflitos. Neste caso, as mudanças climáticas funcionam como multiplicador simultaneamente a outros fatores relacionados à fragilidade estatal, impulsionando os riscos de conflitos em uma região. Assim, ao longo do trabalho viu-se que a região do Lago Chade pode ser apontada como uma localidade onde os efeitos das mudanças climáticas, principalmente através da degradação dos recursos naturais e os meios de subsistência, concorrerem, juntamente com outros fatores, na potencialização dos conflitos existentes, assim, acentuando um contexto de vulnerabilidades capazes, não só de desestabilizar toda uma região, mas também de motivar a insurgência e expansão das ações de certos grupos como o Boko Haram (ASHAFA, 2018).

Conforme fora exposto, verificou-se ainda que as condições climáticas têm seu potencial multiplicador de conflitos ainda mais elevado em regiões que possuem mazelas socioeconômicas e políticas, sobretudo quando se consideram outros quesitos como má governança e instituições fragilizadas. É indispensável, diante disso, que as regiões mais afetadas pelos efeitos das mudanças climáticas desenvolvam ações de mitigação e adaptação urgentes no intuito de lidar com as consequências negativas de tais eventos naturais. É de fundamental importância, desse modo, que as mudanças climáticas sejam levadas em consideração nos processos de construção de paz.

Assim sendo, ações de mitigação e adaptação podem ser eficientes no sentido de preparar essas regiões para enfrentar as diferentes condições que emergem, no entanto não devem se restringir apenas aos fatores climáticos em si, mas ao amplo espectro de efeitos que desencadeiam no ambiente natural, humano e social envolvidos. As medidas passam, portanto, pela valorização do ser humano e por oportunidades de desenvolvimento, suporte financeiro, técnicas eficientes de administração, combate à corrupção, inclusão social, principalmente da população mais vulnerável como mulheres e jovens. Da mesma forma, são necessárias instituições fortes, capacitadas a implementar tais ações, consideradas fundamentais para que esses países evitem sofrer circunstâncias problemáticas com potencial de gerar conflitos, principalmente diante de um quadro, como se viu, de aumento da população mundial e intensa migração de pessoas das áreas rurais para urbanas.

Para isso, ações que fortaleçam suas instituições, livrando-as da corrupção, assim como políticas que incluam a população mais vulnerável, como mulheres e jovens, são cruciais para proteger-se de um quadro de miséria e violência endêmica. Nesse sentido, pode ser citado o

Plano de Ação para o Desenvolvimento do Lago Chade e para a Resiliência Climática (LCDAP, sigla em inglês), o qual foi desenvolvido pela LCBC e seus seis Estados membros; Camarões, República Centro-Africana, Chade, Líbia, Níger e Nigéria, com o apoio do Banco Mundial e da Agência Francesa de Desenvolvimento. Em termos objetivos, destaque-se que “O projeto faz parte do Plano Africano de Negócios para o Clima, com um investimento de 16 bilhões, do Banco Mundial, que foi recentemente apresentado na conferência da COP21 em Paris” (WORLD BANK, 2016).

No mesmo sentido, organizações internacionais de cunho regionais têm se envolvido mais no que tange às medidas de adaptação e mitigação para reduzir os riscos da relação do clima com a segurança em diferentes partes do mundo. Dentre estas, podemos citar a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS, sigla em inglês), a qual possui várias comissões técnicas especializadas, inclusive em Alimentação e Agricultura, Indústria, Ciência e Tecnologia e Energia. As questões relacionadas com as alterações climáticas são tratadas por uma comissão que se relaciona diretamente com todas as outras comissões, com o objetivo de correlacionar as temáticas. A ECOWAS é uma das instituições regionais que reconhece a questão ambiental como um fator de preocupação. Essa questão está refletida no Quadro de Prevenção de Conflitos, adotado em 2008, documento este que identifica a degradação ambiental como um fator estrutural em relação aos conflitos. O mesmo ainda lista a boa governança dos recursos naturais como um dos marcos de referência para “fortalecer a segurança humana e incorporar atividades de prevenção de conflitos, bem como aspectos de construção da paz” (KRAMPE et al., 2018).

VI. REFERÊNCIAS

ADELAJA, Adesoji; GEORGE, Justin. Effects of conflict on agriculture: Evidence from the Boko Haram insurgency. **World Development**, [s.l.], v. 117, p.184-195, maio 2019. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2019.01.010>.

ADGER, W. N. et al. (2014): Human security. In: **Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [...]**. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, pp. 774.

ANGELOTTI, FRANCISLENE et al. (2011). Mudanças Climáticas no Semiárido Brasileiro: Medidas de Mitigação e Adaptação Climate Change in the Brazilian Semiarid: Mitigation and Adaptation Practices. 06. 1097-1111. **Revista Brasileira de Geografia Física**. Disponível em <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/58274/1/Fran-2011.pdf>>

ASHAFA, Abdullahi M. (Org.) (2018). Climate change in the Lake Chad Basin and the Boko Haram security challenges in northern Nigeria. In: WEI. **The 2018 Wei International Academic Conference Proceedings**, Viena, v. 1, n. 1, p.3-20, jun. Disponível em: <<https://www.westeastinstitute.com/wp-content/uploads/2018/06/EDU-2018-Vienna-Conference-Proceedings-3.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

BALOCH, S. M. (2018). **Water crisis**: Why is Pakistan running dry? Disponível em <<https://www.dw.com/en/water-crisis-why-is-pakistan-running-dry/a-44110280>> Acesso em: 27.jul.2019

BUHAUG, Halvard (2015). Climate-conflict research: some reflections on the way forward. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change**, [s.l.], v. 6, n. 3, p.269-275, 18 fev. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/wcc.336>.

CHÂTEL, Francesca de (2014). The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution. **Middle Eastern Studies**, [s.l.], v. 50, n. 4, p.521-535, 27 jan. Informa UK Limited. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00263206.2013.850076?needAccess=true>> Acesso em: 26.jul.2019

EDWARDS, Martin S.; ROMERO, Sthelyn (2014). Governance and the Sustainable Development Goals: Changing the Game or More of the Same?. **Sais Review Of International Affairs**, [s.l.], v. 34, n. 2, p.141-150. Johns Hopkins University Press. <http://dx.doi.org/10.1353/sais.2014.0028>.

EZROW, Natacha (2017). **Global politics and violent non-state actors**. Los Angeles: SAGE.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. Brazilian criminal organizations as transnational violent non-state actors: a case study of the Primeiro Comando da Capital (PCC). **Trends In Organized**

Crime, [s.l.], vol. 2, no. 2, 2019. <http://dx.doi.org/10.1007/s12117-018-9354-7>.

UCDP (UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAMME) – Sweden (2018). **Country level**. Department of Peace and Conflict Research. Disponível em <<http://pcr.uu.se/research/views/current-forecasts/country-level/>>. Acesso em: 15 jul. 2019

IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (2014): Climate Change 2014: **Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change** [Core Writing Team, R.K. Pachauri and L.A. Meyer (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 151 pp.

KISHI, Roudabeh (2016). **Overview of Continental Trends 2016**. Armed Conflict Location and Event Data Project (ACLED) 2016. United Kingdom. Disponível em: <<https://www.acledata.com/2017/02/07/overview-of-continental-trends-2016/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

KRAMPE, Florian; SCASSA, Roberta; MITROTTA, Giovanni (2018). **Responses to climate-related security risks: Regional organizations in Asia and Africa**. STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, Stockholm, n. 2018/2, p. 1-20, ago.

KRAUSE, Keith; MILLIKEN, Jennifer (2009). Introduction: The Challenge of Non-State Armed Groups. **Contemporary Security Policy**, [s.l.], v. 30, n. 2, p.202-220, ago. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13523260903077296>.

MANDEL, Robert (2013). **Global Security Upheaval: Armed Nonstate Groups Usurping State Stability Functions**. Redwood City, US: Stanford Security Studies.

MATFESS, Hilary (2007). Boko Haram: History and Context. **Oxford Research Encyclopedia Of African History**, [s.l.], p.1-24, 26 out. 2017. Oxford University Press. <http://dx.doi.org/10.1093/acrefore/9780190277734.013.119>.

NETT, Katharina; RUTTINGER, Lukas (2016). Insurgency, Terrorism and Organized Crime in a Warming Climate. **Climate Diplomacy**. Adelphi, Bonn, Germany.

OKPARA, Uche T. et al. (2015). Conflicts about water in Lake Chad: Are environmental, vulnerability and security issues linked? **Progress in Development Studies**, [s.l.], v. 15, n. 4, p.308-325, 15 set. SAGE Disponível em <http://dx.doi.org/10.1177/1464993415592738> Acesso em: 26. jul. 2018.

SCHNECKENER, Ulrich (2009). Spoilers or Governance Actors? Engaging Armed Non-State Groups in Areas of Limited Statehood, **SFB-Governance Working Paper Series**.

SELBY, Jan et al. (2017). Climate change and the Syrian civil war revisited. **Political Geography**, [s.l.], v. 60, p.232-244, set. Elsevier BV. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/318441230_Climate_Change_and_the_Syrian_Civil_War_Revisited> Acesso vem: 26.jul.2019

SWAIN, Ashok; SWAIN, Ranjula; THÉMNER, Andreas; KRAMPE, Florian (2011). **Climate Change and the Risk of Violent Conflicts in Southern Africa**. Center for Sustainable Development, Uppsala University. Global Crisis Solutions, Pretoria, South Africa. Disponível em <http://www.divaportal.org/smash/get/diva2:419221/FULLTEXT01.pdf%20%20Accessed%2012> Acesso em: 23. jul. 2019

SWAIN, Ashok (2018). Encyclopedia of Public Administration and Public Policy, Edition: Third Edition, Chapter: **Climate Change: Threat to National Security**, Publisher: CRC Press, Editors: Melvin J. Dubnick, Domonic A. Bearfield. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/285579332_Climate_Change_Threat_to_National_Security> Acesso em: 27. jul.

SIDA - SWEDISH INTERNATIONAL DEVELOPMENT COOPERATION AGENCY (2018). **The relationship between climate change and violent conflict**. Edita, Stockholm, Sweden. Disponível em <<https://www.sida.se/contentassets/c571800e01e448ac9dce2d097ba125a1/working-paper---climate-change-and-conflict.pdf>> Acesso em: 26. jul. 2018

SIDNEY, Abubakar; HAYATUDEEN, Salihu; KWAJAJAFA, Alheri. Effect of Boko Haram Insurgency on the Productivity of Local Farmers in Adamawa State, Nigeria. **Asian Journal**

Of Economics, Business And Accounting, [s.l.], v. 5, n. 3, p.1-7, 27 dez. 2017. Sciencedomain International. <http://dx.doi.org/10.9734/ajeba/2017/36177>.

THEISEN, Ole Magnus; GLEDITSCH, Nils Petter; BUHAUG, Halvard (2013). Is climate change a driver of armed conflict? **Climatic Change**, [s.l.], v. 117, n. 3, p.613-625, 3 jan.. Springer Nature. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/257548151_Is_climate_change_a_driver_of_armed_conflict> Acesso em: 26.jul.2018

TODARO, Michael (2012). Urbanization and Rural-Urban Migration: Theory and Policy. In: TODARO, Michael; SMITH, Stephen. **Economic Development**. 11. ed. Boston: Pearson Education,. cap. 1, p. 2-27. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1mhUGISo2KIwJv6acufRsocyobEDPJBXG?ogsrc=32>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL (2017). **Corruption Perceptions Index 2017**. Berlin. Disponível em: <<https://www.transparency.org/country/NGA>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Activities of the United Nations Office for West Africa and the Sahel**. New York: S/2018/1175, 2018. <https://undocs.org/en/S/2018/1175>.

UNSC – UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (2017). **Security Council resolution 2349 (2017) [on the situation in the Lake Chad Basin region]**, 7911th Meeting, 31 March 2017. Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/863830/files/S_RES_2349%282017%29-EN.pdf>. Acesso em: 27.jul.2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. Human Development Report. New York: Oxford University Press, 1994. em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/255/hdr_1994_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____ (2017). **Northeast Nigeria: Stronger and more stable communities**. UN: New York. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/fast-facts/english/Fast%20Facts%20NE%20Northeast%20Nigeria%20August%202017.pdf>>.

Acesso em: 13 ago. 2018.

VIVEKANANDA, Janani (2019). *Shoring Up Stability: Addressing Climate And Fragility Risks In The Lake Chad Region*. Berlin: **Adelphi Research**, 2019. 108 p. Disponível em: <<https://www.adelphi.de/en/in-focus/lake-chad-risk-assessment-project>>. Acesso em: 10 out. 2019.

WORLD BANK (2017). **The World Bank in Nigeria**. World Bank: Washington. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/country/nigeria/overview>>. Acesso em: 14 Ago. 2018.

_____ (2016). **Investing in Resilience and Development in Lake Chad**. World Bank: Washington. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/country/nigeria/overview>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

WELZER, Harald. **Guerras climáticas: Por que mataremos e seremos mortos no século 21**. Brasil: Geração Editorial, 2010. 320 p. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/download-guerras-climaticas-harald-welzer-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

Recebido em: março/2019.

Aprovado em: outubro/2019.